



ULBRAGOV: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

LOPES, Maria Suzete Muller (Orientadora); Marques, Miriam Alencar (Bolsista) Ulbra/Campus Canoas

Introdução Apresentamos ações vinculadas ao Projeto de Extensão Comunitária ULBRAGOV a qual tem como finalidade a estabelecer a interlocução entre a universidade e as entidades governamentais e não governamentais, tendo como mote a discussão sobre as políticas públicas de direitos. Faz-se necessário a capacitação de conselheiros de direitos no exercício e atribuições na defesa dos direitos das pessoas com deficiência através de um conjunto de temas para o curso de capacitação em EaD sobre a pessoa com deficiência.

Objetivo Contribuir com a qualificação de agentes públicos e representantes em conselhos de direitos nos municípios do RS, promovendo a educação em direitos humanos e cidadania com ênfase no direito à pessoa com deficiência.

Metodologia Apropriação teórica e aproximação com as políticas de direitos das pessoas com deficiência, estabelecimento de parceria com a COPEDE, reunião com a COPEDE para delimitação do escopo do projeto, planejamentos da estrutura e suporte técnico virtual para interlocução entre o público-alvo e a universidade, mapeamento dos municípios com conselhos municipais da pessoa com deficiência regulares e em funcionamento.

Resultados A capacitação de conselheiros de direitos é uma demanda emergente. A ULBRA em sua especialização na educação a distância oportunizará a formação e qualificação de agentes públicos e representantes em conselhos de direitos o melhor exercício de seus papéis e atribuições na defesa de direitos das pessoas com deficiência nos municípios do RS. A capacitação está prevista para ser realizada durante o segundo semestre de 2018.

Conclusão A proposição do Projeto ULBRAGOV apresenta-se como inovadora e necessária, aborda assuntos fundamentais para discussão sobre as políticas públicas de direitos. A universidade cumpre seu papel e sua responsabilidade social na medida em que estende suas ações para a sociedade através de seus projetos extensionistas e da educação a distância.

Referências Bibliográficas BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988. Presidência da República. BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CONADE. Cartilha orientadora para criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília/DF. 2. Ed. 2012. BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2015. RESENDE, Ana Paula Crosara e VITAL, Flavia Maria de Paiva (Coord.) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Versão Comentada. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

mariasuzetelopes@gmail.com

